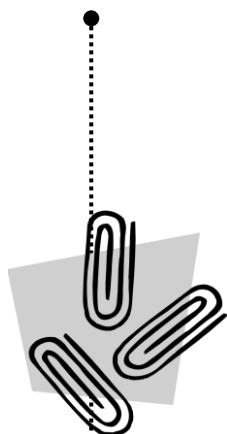


Anexo 5.09



Magna Carta das Universidades Europeias

(Bolonha, 18 de Setembro de 1988)

MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM

Preâmbulo

Os Reitores das Universidades europeias, abaixo assinados, reunidos em Bolonha por ocasião do IX centenário da mais antiga de entre elas, quatro anos antes da supressão definitiva das fronteiras comunitárias e na perspectiva de uma colaboração alargada entre todos os povos europeus, entendendo que os Povos e os Estados devem mais do que nunca tomar consciência do papel que as Universidades serão chamadas a desempenhar numa sociedade que se transforma e se internacionaliza,

Consideram:

1. que o futuro da humanidade, neste fim de milénio, depende em larga medida do desenvolvimento cultural, científico e técnico que se forja nos centros de cultura, de conhecimento e de investigação em que se tornaram as verdadeiras Universidades;
2. que a tarefa de difusão dos conhecimentos que a Universidade deve assumir para com as novas gerações implica hoje que ela se dirija igualmente ao conjunto da sociedade – cujo futuro cultural, social e económico exige, nomeadamente, um considerável esforço de formação permanente;
3. que a Universidade deve assegurar às gerações futuras uma educação e uma formação que lhes permita contribuir para o respeito dos grandes equilíbrios do ambiente natural e da vida.

Proclamam, perante os Estados e a consciência dos povos, os princípios fundamentais que devem sustentar no presente e no futuro a vocação da Universidade.

Princípios fundamentais

1. A Universidade é, no seio de sociedades diversamente organizadas e em virtude das condições geográficas e do peso da história, uma instituição autónoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino.

Para se abrir às necessidades do mundo contemporâneo, ela deve ser, no seu esforço de investigação e de ensino, independente de qualquer poder político, económico e ideológico.

2. Nas Universidades, a actividade didáctica é indissociável da actividade de investigação, a fim de que o próprio ensino possa acompanhar a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos.
3. Sendo a liberdade de investigação, de ensino e de formação princípio fundamental da vida das Universidades, os poderes públicos e as mesmas Universidades, cada um no seu domínio de competência, devem garantir e promover o respeito dessa exigência fundamental. Na recusa da intolerância e no diálogo permanente, a Universidade é um local de encontro privilegiado entre os professores, capazes de transmitirem o saber e os meios de o desenvolver através da investigação e da inovação, e os estudantes, que têm o direito, a vontade e a capacidade de com isso se enriquecerem.
4. Depositária da tradição do humanismo europeu, mas com a preocupação constante de alcançar o saber universal, a Universidade, para assumir as suas missões, ignora as fronteiras geográficas ou políticas e afirma a necessidade imperiosa do conhecimento recíproco e da interacção das culturas.

Meios

A realização destes objectivos, no quadro de princípios semelhantes, exige meios eficazes e portanto adaptados à situação contemporânea.

1. Para preservar a liberdade de investigação e de ensino devem ser dados, ao conjunto dos membros da comunidade universitária, os instrumentos necessários à sua realização.
2. O recrutamento dos professores – bem como a regulamentação do seu estatuto – devem ser orientados pelo princípio da indissociabilidade da actividade de investigação e da actividade didáctica.
3. Cada Universidade deve garantir aos estudantes, respeitando a especificidade das situações, a salvaguarda das liberdades e as condições

necessárias para atingirem os seus objectivos em matéria de cultura e de formação.

4. As Universidades – e nomeadamente as Universidades europeias – vêem na troca recíproca de informações e de documentação, e na multiplicação de iniciativas científicas comuns, os instrumentos fundamentais para o progresso contínuo dos conhecimentos.

Por essa razão, e encontrando aí as suas fontes, as Universidades encorajam a mobilidade dos professores e dos estudantes, e consideram que uma política geral de equivalências em matérias de estatuto, de títulos, de exames (preservando embora os diplomas nacionais) e de atribuição de bolsas constitui o instrumento essencial para garantir o exercício das suas missões contemporâneas.

Os Reitores abaixo assinados, em nome das suas Universidades, comprometem-se a tudo fazer para que cada Estado e as organizações supranacionais interessadas possam inspirar-se progressivamente nas disposições desta Charta, expressão unânime da vontade autónoma das Universidades.

Bolonha, 18 de Setembro de 1988

MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM

Preamble

The undersigned Rectors of European Universities, gathered in Bologna for the ninth centenary of the oldest University in Europe, four years before the definitive abolition of boundaries between the countries of the European Community; looking forward to far-reaching co-operation between all European nations and believing that people and States should become more than ever aware of the part that universities will be called upon to play in a changing and increasingly international society,

Consider

1. that at the approaching end of this millennium the future of mankind depends largely on cultural, scientific and technical development ; and that this is built up in centres of culture, knowledge and research as represented by true universities ;
2. that the universities' task of spreading knowledge among the younger generations implies that, in today's world, they must also serve society as a whole ; and that the cultural, social and economic future of society requires, in particular, a considerable investment in continuing education ;
3. that universities must give future generations education and training that will teach them, and through them others, to respect the great harmonies of their natural environment and of life itself.

The undersigned Rectors of European universities proclaim to all States and to the conscience of all nations the fundamental principles, which must, now and always, support the vocation of universities.

Fundamental principles

1. The university is an autonomous institution at the heart of societies differently organised because of geography and historical heritage; it produces, examines, appraises and hands down culture by research and teaching.
To meet the needs of the world around it, its research and teaching must be morally and intellectually independent of all political authority and economic power.
2. Teaching and research in universities must be inseparable if their tuition is not to lag behind changing needs, the demands of society, and advances in scientific knowledge.
3. Freedom in research and training is the fundamental principle of university life, and governments and universities, each as far as in them lies, must ensure respect for this fundamental requirement. Rejecting intolerance and always open to dialogue, a university is an ideal meeting-ground for teachers capable of imparting their knowledge and well equipped to develop it by research and innovation and for students entitled, able and willing to enrich their minds with that knowledge.
4. A university is the trustee of the European humanist tradition; its constant care is to attain universal knowledge; to fulfil its vocation it transcends geographical and political frontiers, and affirms the vital need for different cultures to know and influence each other.

The means

To attain these goals by following such principles calls for effective *means*, suitable to present conditions.

1. To preserve freedom in research and teaching, the instruments appropriate to realise that freedom must be made available to all members of the university community.
2. Recruitment of teachers, and regulation of their status, must obey the principle that research is inseparable from teaching.
3. Each university must – with due allowance for particular circumstances – ensure that its students' freedoms are safeguarded, and that they enjoy concessions in which they can acquire the culture and training which it is their purpose to possess.
4. Universities – particularly in Europe – regard the mutual exchange of information and documentation, and frequent joint projects for the advancement of learning, as essential to the steady progress of knowledge.

Therefore, as in the earliest years of their history, they encourage mobility among teachers and students; furthermore, they consider a general policy of equivalent status, titles, examinations (without prejudice to national diplomas) and award of scholarships essential to the fulfilment of their mission in the conditions prevailing today.

The undersigned Rectors, on behalf of their Universities, undertake to do everything in their power to encourage each State, as well as the supranational organisations concerned, to mould this policy sedulously on this Magna Charta, which expresses the universities' unanimous desire freely determined and declared.

Bologna, 18 September 1988